



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 12845/23
Rubrica: 6 Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 2fe69c31-b860-433a-97a7-740ce7030870
Protocolo: Processo Requerimento Nº 012845/2023
Data: 17/05/2023 16:26:18
Origem: ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CORTES
*** contatos indisponíveis ***
Contato: ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CORTES
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 17/05/2023 16:26:36	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DESIGNADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 099/2023

Processo Administrativo n.º 09.233/2022

ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CÔRTEZ, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG 217.729, inscrita no CPF sob o nº 018.935.546-86, com endereço profissional na Avenida Nicomedes Alves dos Santos, nº 1133, Bairro Morada da Colina, Uberlândia/MG, vem, por meio dessa, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I. SÚMULA DA ESPÉCIE

1. O Município de Nova Friburgo/RJ, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedos de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, pelo período de 12 (doze) meses, tornou pública a realização do presente certame com a publicação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023, com sessão prevista para **25/05/2023 às 10h**, no Portal de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras.

2. O item 24.1 do Instrumento Convocatório estabelece que qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação deverá ser enviado no prazo de 03 (três) dias úteis

de antecedência, a contar da data fixada para abertura da sessão pública, portanto, até a data de 22/05/2023.

3. Tempestiva, pois, a presente.

II. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

4. O certame publicado aponta nítida irregularidade, aposta no item 18 do Edital, que indica exigência excessiva de qualificação técnica, traduzida na obrigatoriedade de apresentar CAT – Certidão de Acervo Técnico – para a empresa licitante. Vejamos:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, juntamente com sua devida CAT (Certidão de Acervo Técnico), junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), contendo a indicação do responsável técnico pela execução do objeto, onde comprove que a licitante executou serviços similares e compatíveis ao objeto desta licitação. O Atestado deverá conter:

5. Merece, pois, revisão, o item descrito acima, haja vista que os atestados técnicos operacionais da empresa licitante não possuem obrigatoriedade de registro com acervo no CREA.

6. De outro norte, inobstante haja permissão legal para a exigência geral de os atestados técnicos pessoais do profissional, estes sim acervados no conselho competente e fiscalizados da sua profissão, tal requisito tem que ser justificado pelo órgão, sob pena de configuração de álea exorbitante e limitante da concorrência.

7. Considerando, pois, que não se admite a exigência de atestados técnicos operacionais de empresas em acervo, e a exigência cumulativa de que o profissional responsável pela execução do objeto deverá ter atestados de serviço similares à solução licitada necessita de justificativa nos autos do certame, o que não foi

verificado no caso presente, apreende-se, pois, que o mandamento constante no item 18.1 do Edital merece ser reformado.

8. Nesse norte, a capacidade técnica operacional das empresas licitantes deverá ser comprovada com apresentação de atestados **SEM ACERVO**, enquanto a capacidade do profissional responsável técnico deverá possuir justificativa para sua exigência.

9. Nessa esteira, a teor das disposições do artigo 30, I, da Lei n 8.666/93, o Tribunal de Contas da União firmou o entendimento de que a exigência de registro e/ou inscrição em entidade profissional somente é lícita quando o respectivo conselho é competente para fiscalizar a atividade preponderante da licitante ou do serviço contratado:

(...) O registro ou a inscrição na entidade profissional competente, previsto no artigo 30, I, da Lei 8.666/1993, deve se ater ao conselho que fiscalize a atividade básica da empresa ou do serviço preponderante dos lotes;" (TCU – TC 011.811/2017-0, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, julgado em 27/06/2017)

10. No mesmo sentido é o entendimento consolidado do Tribunal de Contados do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. OBJETO DE BAIXA COMPLEXIDADE E NÃO VULTUOSO. JUSTIFICATIVA DESPICIENDA. ATESTADOS DE APTIDÃO DE DESEMPENHO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPROVAÇÃO DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS. EXIGÊNCIA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EMPRESA PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA. IRREGULARIDADES. APLICAÇÃO DE MULTA.

Não se tratando de objeto de grande vulto e alta complexidade desnecessária se faz a justificativa para a vedação de empresas em consórcio no certame, eis que já está implícita na natureza do objeto. 2. A Administração Pública pode exigir a comprovação da execução de obras ou serviços similares, desde que apresentem quantitativos que respeitem a proporcionalidade entre a dimensão e a complexidade do objeto licitado, conforme dispõe a Súmula nº 263 do TCU. 3. **É firme a jurisprudência do TCU no sentido de que a Administração Pública só pode exigir registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando a entidade fiscaliza a atividade básica da empresa ou o serviço preponderante da licitação.** 4. Os índices econômico-financeiros devem ser devidamente justificados no processo

administrativo da licitação, como deixa claro o art. 31, §5º, da Lei 8.666/93. 5. A lista de documentos hábeis aos procedimentos de habilitação apresenta enumeração fechada, não sendo lícito ao gestor ou à equipe responsável pela licitação, exigir que os licitantes apresentem outros, além daqueles taxativamente previstos nos artigos 27 a 31 da Lei de Licitações para efeitos de habilitação. (TCE-MG - LICITAÇÃO: 912322, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de julgamento: 09/11/2017, Data de publicação: 22/11/2017)

11. Apreende-se, pois, que apenas é lícita e válida a exigência de registro e inscrição em conselho de classe que fiscalize a atividade básica da empresa, se for o caso, ou o serviço preponderante no objeto, o que não é o caso dos autos.
12. Para fins de habilitação para participação no certame em epígrafe, basta exigir que os profissionais que irão executar os serviços possuam registro/inscrição em seus conselhos profissionais e que também registrem suas ARTs e seus atestados. É o que a Lei permite.
13. É de se destacar que profissionais apontados como responsáveis técnicos, têm a obrigação de registrar os atestados de atividade básica a ser desempenhada pela empresa contratada, não sendo esse o foco da insurgência ora apresentada.
14. A legislação correlata de vinculação dos profissionais aos seus respectivos conselhos de classe é plenamente amparada nos certames, mas excede o órgão licitante ao determinar que as empresas participantes sejam obrigadas a apresentar atestados acervados no CREA.
15. A corroborar com a ilegalidade já apontada, tem-se que o Edital de licitação deve estabelecer o essencial, necessário ou suficiente para a habilitação e execução contratual. Qualquer excesso nesse tópico acarreta na inobservância dos princípios licitatórios e, conseqüentemente na nulidade do instrumento convocatório e do certame.
16. Nesse sentido encaminha-se a Lei nº 8.666/93, norteadora das licitações e contratos administrativos, em seu artigo 30. Vejamos:

Art. 30. A documentação à qualificação limitar-se-á a:

(...)

II – comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

(...)

§1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (...)

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

17. Também, o Eg. Tribunal de Contas da União, no acórdão 2882/2008, já definiu de forma cediça que deve ater-se “a previsão de exigências de capacidade técnica aos requisitos mínimos necessários à garantia da execução do contrato e à segurança da obra ou serviço” Nesse sentido, os destaques do texto:

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação da qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93), deve se limitar ao conselho que fiscaliza a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação. Representação formulada por sociedade empresária em face de pregão eletrônico realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), destinado à contratação de serviços continuados em cozinha industrial, com uso intensivo de mão de obra, para atender aos restaurantes dos campi de Goiabeiras e Maruípe, **apontara possível restrição à competitividade do certame em razão das exigências de comprovação de inscrição do licitante no Conselho Regional de Administração (CRA)**, e de contratação profissional com nível superior na área de administração. Para a representante, o “o correto seria exigir apenas a comprovação de contratação de profissional do ramo de nutrição, devidamente inscrito no respectivo conselho de classe”. Em análise de mérito, realizadas as oitivas regimentais após a suspensão cautelar do certame, o relator registrou que o cerne da questão diz respeito “ao entendimento da entidade licitante de que a atividade básica (ou o serviço preponderante da licitação) estaria centrada no fornecimento de mão de obra e não na prestação de serviços de preparo e distribuição de refeições”. Ao enfatizar a ilegalidade das exigências, lembrou o relator que outros editais de instituições universitárias, “concebidos com a mesma

sistemática de alocação de postos de trabalho”, não contemplam dispositivos nesse sentido. Por fim, ressaltou que “a jurisprudência do Tribunal se consolidou no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93, deve se limitar ao conselho que fiscaliza a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação”. Considerando que houve restrição indevida à competitividade decorrente de exigências de habilitação impertinentes ou irrelevantes, o Tribunal, alinhado ao voto do relator, decidiu fixar prazo para que a Ufes adote as providências necessárias à anulação do certame. Acórdão 2769/2014-Plenário, TC 005.550/2014-9, relator Ministro Bruno Dantas, 15/10/2014.

“REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. VERBAS FEDERAIS. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREENCHIDOS. CONHECIMENTO. EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES GRAVES NO EDITAL DA LICITAÇÃO, COM RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO. PERDA DE OBJETO DA CAUTELAR ADOTADA. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÕES. Acórdão VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Ministério Pública Federal/Procuradoria da República do Piauí, com base no art. 237, inciso I, do RI/TCU, acerca de irregularidades presentes no Edital da Concorrência 01/2008, realizada pela Piauí Turismo PIEMTUR para execução de obras de reforma e requalificação do Centro de Convenções de Teresina/PI, custeadas, em parte, com recursos públicos federais provenientes dos Contratos de Repasse 020053588/2006/Ministério do Turismo/CAIXA. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, diante das razões expostas pelo relator, em: (...) 9.3.2 estabelecer exigências desnecessárias ou excessivas, que restrinjam indevidamente a competitividade dos certames, tal como a exigência de capacidade técnica do licitante para a execução de parcelas de serviços de natureza especializada que não tenha maior relevância e valor significativo, nos termos do art. 30, §§ 1º e 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, **limitando-se, nos editais de suas próximas licitações, a previsão de exigências de capacidade técnica aos requisitos mínimos necessários à garantia da execução do contrato e à segurança da obra ou serviço. É ilegal exigir das empresas do ramo da indústria de imobiliário registro nos conselhos regionais de engenharia e agronomia. A atividade básica desenvolvida pela empresa é o fato determinante para a obrigatoriedade do seu registro no respectivo conselho de fiscalização profissional, conforme disposto no art. 1º da Lei 6.839/1980. Acórdão 44/2014-Plenário – Relator: JOSÉ JORGE.”**

18. Em consulta ao Manual de Procedimentos Operacionais do CREA, pautado na Resolução do CONFEA nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, constata-se que o procedimento para o registro do atestado no CREA passou a ser regulamentado em atenção ao art. 30, §1º, da Lei nº 8.666/1993, que objetiva comprovar a capacidade técnica do profissional em processos licitatórios.

19. O CREA não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autoriza a fazê-lo.

20. Contudo, ressalte-se que em vista da existência de diversos conselhos profissionais, empresas interessadas na participação de processos licitatórios acabam por se ver obrigadas a se cadastrar e acervar seus atestados no intuito de atender aos preceitos de certames específicos, que não deveria existir.

21. Tendo em vista, que o objeto da Administração no processo licitatório é proporcionar aos licitantes ampla competitividades para obtenção da proposta mais vantajosa, mas sempre conformidade com a legislação.

22. O artigo 3º da Lei 8.666/93, veda ao agente público prever nos Editais cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo do processo licitatório**, por ofensa aos princípios da isonomia e competitividade, especialmente no inciso I do parágrafo 1º:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objeto e dos que lhes são correlatos.

§1º (...)

I - **É vedado aos agente públicos: - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991.

23. Inarredável, pois, a conclusão de que qualquer cláusula que limite qualitativa ou quantitativamente os licitantes ou de qualquer forma restrinja a competitividade deve ser rechaçada de plano, como é o caso em tela, vez que não se admite que possa, o órgão licitante, exigir das companhias participantes que acervem seus atestados no CREA, nos termos de todo o exposto.

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo de Impugnação nº: 12.845/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

IMPUGNANTE: ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CÔRTEZ – CPF sob o nº 018.935.546-86.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta por ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CÔRTEZ, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 099/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

A) A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE CAT (CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO) PARA A EMPRESA LICITANTE SERIA IRREGULAR, INDICANDO EXIGÊNCIA EXCESSIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Qualquer cláusula que limite qualitativa ou quantitativamente os licitantes ou de qualquer forma restrinja a competitividade deveria ser rechaçada de plano, como seria o caso em tela, vez que não se admite que possa, o órgão licitante, exigir das companhias participantes que acervem seus atestados no CREA.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer que:

- A) seja recebida e processada a presente impugnação, eis que própria e tempestiva;
- B) seja a mesma acolhida para retirar os requisitos de qualificação técnica inscritos no item 18 do Edital, que exige o acervo de atestados de capacidade técnica da empresa licitante, para permitir apresentação de atestados de capacidade técnica da empresa mesmo SEM acervo junto ao CREA, visto que se trata de requisito excessivo, que



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 12.845/2023

RUBRICA: @ FOLHA: 13

Comissão de Pregão I
limita a competitividade, contrariando as normas e princípios regentes das compras públicas.

IV. DO MÉRITO

08 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 24.2 do edital.

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 25 de maio de 2023 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 18 de maio de 2023.

LEONARDO
GABRIG
PEIXOTO:108
58597705

Assinado digitalmente por LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Múltipla v2, OU=2346624500104, OU=
Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=
LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu concordo com partes específicas
deste documento
Localização:
Data: 2023.05.18 11:00:10-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matrícula: 206.934

Processo Administrativo nº: 12.845/2023.

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Impugnante : Ana Luisa Pimentel Resende Côrtes.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedos de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 099/2023

Trata o presente de resposta à IMPUGNAÇÃO apresentada pela advogada **Sra. Ana Luisa Pimentel Resende Côrtes, OAB/MG 217.729**, interposta contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023, informando o que se segue:

1. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A Lei nº. 10.520/02 é quem dita as normas relativas à Licitações na modalidade de pregão, sendo que a Lei nº. 10.024/19 promoveu adequações e alterações quanto a modalidade Pregão Eletrônico, cabendo ao Edital e a Lei nº 8.666/93 atuar de forma subsidiária aos regramentos daquelas legislações.

Desta forma, considerando que a abertura do Pregão Eletrônico se dará em 25/05/2023, temos a análise da tempestividade da presente impugnação:

Edital

24. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

24.1. Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para licitaçãopmnf@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

Lei 10.024/19

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Desta forma, o pedido de impugnação ao edital é tempestivo.

2. DA IMPUGNAÇÃO

Intenta, a Impugnante, averbar o instrumento impugnatório ao Edital em apreço, aduzindo DIREITOS, e, ao final, exhibe o PEDIDO, tópicos principais *ipsis litteris*:

DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO – O certame publicado aponta nítida irregularidade, aposta no item 18 do edital, que indica exigência excessiva de qualificação técnica, traduzida na obrigatoriedade de apresentar CAT – certidão de acervo técnico – para a empresa licitante. Fl.04.

DO PEDIDO – b) *Seja a mesma acolhida para retirar os requisitos de qualificação técnica inscritos no item 18 do Edital, que exige o acervo de atestados de capacidade técnica da empresa licitante, para permitir apresentação de atestados de capacidade técnica da empresa mesmo SEM acervo junto ao CREA, visto que se trata de requisito excessivo, que limita a competitividade, contrariando as normas e princípios regentes das compras públicas. Fl.10.*

3. DA ANÁLISE

O edital foi atacado sob o argumento de estar limitando a participação das empresas interessadas em participar do certame. Todavia, Conforme se depreende da leitura dos regramentos editalícios combatidos, trata-se de documentação exigida para comprovação de que a licitante encontra-se efetivamente habilitada à executar as atividades constantes do objeto da Licitação em apreço.

● Assim sendo, passa-se à análise do mérito da Impugnação:

Inicialmente, impende-nos observar a ausência de supremacia entre os princípios norteadores da Administração Pública. Em outras palavras, inexiste princípio supremo ou absoluto, nem mesmo o da ampla competitividade, destacado no pedido sob comento. Nesse diapasão, *exempli gratia*, podemos citar o voto do Relator do Acórdão 1890/2010-TCU/Plenário:

ACÓRDÃO 1890/2010 – PLENÁRIO

Sumário: REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. NEGATIVA DE CONCESSÃO DA CAUTELAR PLEITEADA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS.(...)
Voto: (...)

15. Não há como negar que a Administração, atentando especialmente para o interesse coletivo, tem o poder-dever de exigir em suas contratações os requisitos considerados indispensáveis à boa e regular execução do objeto que constituirá encargo da futura contratada. (...)

16. De mais a mais, o princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade.

17. Aliás, ao interpretar a norma que veda a imposição de restrições ao caráter competitivo nos atos de convocação (art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993), Marçal Justen Filho sustenta que "o dispositivo não significa vedação a cláusulas restritivas da participação", ponderando que ele "não impede a previsão de exigências rigorosas, nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 3ª ed. Aide Editora, 1994, p. 36).

18. Ainda de acordo com o renomado administrativista, a lei veda, na verdade, é "cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares". Segundo o autor, "se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão" (obra citada, p. 36).

20. É dizer, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Assim, o que importa saber é se a restrição é desproporcional às necessidades da Administração, ou seja, se ela atende ou não ao interesse público, este considerado sempre indisponível. (...) (grifamos)

Observa-se, portanto, que podem ser legítimas e legalmente respaldadas exigências relativas ao objeto da licitação ou aos licitantes, desde que tais condições sejam necessárias, relevantes e razoáveis, e possam ser justificadas pela Administração.

Ademais, esclarecemos que a exigência de qualificação técnica das licitantes tem como objetivo demonstrar que a empresa já realizou serviços similares, de forma a evitar eventuais riscos da Administração em contratar empresa que não tenha qualquer experiência na execução de objeto compatível.

Cabe registrar que os serviços têm alta complexidade técnica, sendo que a capacidade técnico-operacional a ser avaliada da empresa vai além do responsável técnico, já que envolve também outros profissionais, entrega e instalação de materiais e equipamentos que exigem experiência empresarial.

Como citado anteriormente, a exigência de qualificação técnica das licitantes tem como objetivo demonstrar que a empresa já realizou serviços similares, de forma a evitar eventuais riscos da Administração em contratar empresa que não tenha qualquer experiência na execução de objeto compatível e, além do mais, a exigência editalícia tem sua legalidade pacificada no Acórdão 2326/2019 do TCU conforme transcrito:

Acórdão 2326/2019, Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler
Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. Atestado de capacidade técnica. Capacidade técnico-operacional. Obras e serviços de engenharia. CREA. ART.

Para fins de habilitação técnico-operacional em certames visando à contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes. (grifo nosso)



O item 18.1 tem como objetivo averiguar a capacidade técnica da licitante, ampliando assim as possibilidades de que a mesma consiga executar o objeto de forma eficiente, pois em caso contrário, haveria graves prejuízos para a Administração.

Já o atestado exigido deve ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual deverá averbado (reconhecido) pelo CREA de forma a se assegurar um mecanismo de controle sobre a conformidade do atestado fornecido por terceiros.

Ou seja, trata-se da capacidade técnica profissional, e nesse caso a exigência se direciona ao profissional responsável técnico que representará a empresa, o qual deve comprovar que tem capacidade de coordenar a execução do objeto. Conforme positiva a Lei 8.666/93.

Assim, entende-se que o atestado exigido deve ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual deverá ser averbado (reconhecido) pelo conselho competente, de forma a se assegurar um mecanismo de controle sobre a conformidade do atestado fornecido por terceiros.

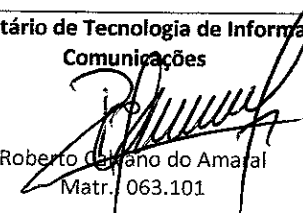


Dessa forma, ante à existência de fundamentação técnica e jurídica para a exigência constante no instrumento convocatório, não há que se falar em injustificado cerceamento de concorrência, nem tão pouco em descumprimento dos princípios e regras que regem a atuação da Administração Pública, motivo que, após análise, conclui-se que não há ilegalidade na exigência editalícia.

4. DA DECISÃO

Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, na condição de pregoeiro, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Portanto, o edital mantém-se inalterado e o certame ocorrerá normalmente na data e horário inicialmente divulgados.

Nova Friburgo/RJ, 19 de Maio de 2023.

<p>Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações</p>  <p>Roberto Carvalho do Amaral Matr.: 063.101</p>	<p>APOIO TÉCNICO</p>  <p>Hugo de Souza Cascabulho Garcez Matr.: 063.029</p>
<p>De acordo, em prosseguimento:</p>  <p>Rodrigo França Silva Secretário Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Matr.: 060.189</p>	



PROCESSO N° 12845
DATA 05 06 23
Folhas N° 18 Rubrica Felipe

Processo: 12845/2023

Requerente: Ana Luisa Pimentel Resende Côrtes.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 17/05/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, pelo período de 12 meses, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e unidades externas da Prefeitura.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 05 de junho de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame, tendo em vista a exigência excessiva de qualificação técnica, traduzida na obrigatoriedade de apresentar CAT - Certidão de Acervo Técnico no item 18.1.

Afirma, ainda, que o CREA não emite CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.

Por fim, requer a alteração do item para permitir a apresentação de atestados de capacidade técnica das empresas licitantes sem acervo junto ao CREA.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 11/13, acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria de Infraestrutura e Logística para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 24.2 do edital.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, por meio da Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações, em manifestação de fls. 14/17, afirmou que a exigência de qualificação técnica das licitantes tem como objetivo demonstrar que a empresa já realizou serviços similares, de forma a evitar eventuais riscos da Administração contratar empresa que não tenha qualquer experiência na execução de objeto compatível, bem como que *“os serviços têm alta complexidade técnica, sendo que a capacidade técnico-operacional a ser avaliada da empresa vai além do responsável técnico, já que envolve também outros profissionais, entrega e instalação de materiais e equipamentos que exigem experiência empresarial”*.

A.



Afirmou, ainda, que trata-se da capacidade técnica profissional, e nesse caso a exigência se direciona ao profissional responsável técnico que representará a empresa, o qual deve comprovar que tem capacidade de coordenar a execução do objeto, conforme positiva a Lei n. 8.666/93.

Por fim, concluiu que não há ilegalidade na exigência editalícia, tendo sido os autos encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

PROCESSO Nº 12845
DATA 05 : 06 : 23
Folhas Nº 19 Rubrica Delipe

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 17/05/2023 é tempestiva, em conformidade com o subitem 24.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava agendada para 25/05/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme previsto nos subitens 24.2 e 24.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Inicialmente, verifica-se que não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório, mas tão somente quanto à exigência de qualificação técnica posta no subitem 18.1.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

li-
2



Verifica-se que a Secretaria de Infraestrutura e Logística, às fls. 14/17, por meio do seu setor técnico, isto é, da Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações, concluiu que não há ilegalidade na exigência editalícia, sendo certo que a exigência de qualificação técnica das licitantes tem como objetivo demonstrar que a empresa já realizou serviços similares, de forma a evitar eventuais riscos da Administração contratar empresa que não tenha qualquer experiência na execução de objeto compatível.

Pois bem. Vejamos o teor do art. 30 da Lei n. 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

A documentação relativa à qualificação técnica tem como objetivo verificar se o licitante possui requisitos **profissionais e operacionais** para executar o objeto da licitação.

A.



A Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

Em atendimento à norma legal, assim previu o Edital do Pregão Eletrônico n. 099/2023:

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, juntamente com sua devida CAT (Certidão de Acervo Técnico), junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), contendo a indicação do responsável técnico pela execução do objeto, onde comprove que a licitante executou serviços similares e compatíveis ao objeto desta licitação. O Atestado deverá conter:

18.1.1 Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente;

18.1.2 Local e data de emissão;

18.1.3 Nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;

18.1.4 Período de fornecimento

18.2 Comprovante de que a licitante possui, ao menos, um responsável técnico na data da abertura das propostas, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), relativo à execução de serviços de manutenção;

18.3 Certidão de registro da empresa e do responsável técnico junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e/ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), na região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em atividade relacionada ao objeto deste Termo de Referência; Certidão Negativa de Débitos junto a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

18.4 Para fins de qualificação complementar a proposta, a licitante deverá apresentar juntamente com a proposta de preço readequada após encerramento da fase de lances, declaração informando que é parceira da solução e que está apta e autorizada a comercializar os produtos ofertados, bem como a realizar os serviços descritos no presente edital.

18.5 Licença de STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) e SCM (Serviço de Comunicação e Multimídia) junto a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para a prestação do serviço, bem como versão certificada da publicação no Diário Oficial da União (DOU).

4



18.6 Apresentar Comprovante de Cadastro da Operadora na ABR Telecom (Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações), a mesma poderá ser comprovada através de Print da tela de acesso da operadora junto ao portal da ABR Telecom (Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações).

Como se pode ver, **são duas as exigências do subitem 18.1:** 1) Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante e 2) CAT (Certidão de Acervo Técnico), junto ao CREA e/ou CFT contendo a indicação do responsável técnico pela execução do objeto.

Ou seja, o Edital não está exigindo atestado de capacidade técnica registrado no CREA ou CFT, mas sim o atestado em nome das empresas licitantes e a Certidão de Acervo Técnico do profissional responsável técnico pela execução do objeto, esta sim registrada no(s) Conselho(s).

Conclui-se, portanto, que o mesmo subitem previu tanto a qualificação técnico-operacional quanto a qualificação técnico-profissional.

No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Conforme Marçal Justen Filho:

“A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública”.

Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.

No Acórdão n. 534/2016 – Plenário-TCU, a Min. Relatora ponderou que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União evoluiu “para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional” e ainda destacou:

“(…) é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados”.

[...]

h



“Não há problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos”.

Quanto à Certidão de Acervo Técnico - CAT, o próprio sítio eletrônico do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea¹ assim dispõe:

A Certidão de Acervo Técnico - CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as atividades registradas no Crea, que constituem o acervo técnico do profissional.

O acervo técnico do profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida profissional compatíveis com suas competências e registradas no Crea por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.

O profissional pode requerer sua CAT no Crea para fazer prova da sua capacidade técnico-profissional, com base nas atividades desenvolvidas e registradas em ARTs.

Para empresas

A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

O Manual de Procedimentos Operacionais do Crea, por sua vez, esclarece de forma expressa, que:

- o atestado registrado no Crea constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT:
 - esteja a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica; ou
 - venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
- o atestado registrado no Crea não fará prova de capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica contratada citada no documento nos casos em que o profissional não mais estiver à ela vinculado;

¹ <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/certidao-de-acervo-tecnico-cat>



- o atestado não poderá ser registrado no Crea no caso em que os dados técnicos não tenham sido declarados por profissional habilitado;
- A declaração dos dados técnicos do atestado será verificada da seguinte forma:
 - pela identificação do profissional que os declarou no próprio atestado ou em declaração anexa apresentada pelo contratante;
 - por meio de laudo emitido por profissional habilitado que confirme os dados declarados inicialmente por leigo em face da obra ou serviço realizado.
- o Crea não emitirá CAT em nome da pessoa jurídica contratada para prova de capacidade técnico-operacional por falta de dispositivo legal que o autorize a fazê-lo.

Por meio da Resolução 1.025/2009, art. 55, o Confea, que tem competência para regulamentar os procedimentos relacionados à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT), indica ser o atestado do Crea o documento apto a **fazer prova da capacidade técnica do profissional**, mas não da empresa licitante².

“Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica. Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico”.

O TCU, no Acórdão 655/2016 – Plenário, assim afirmou:

22. Na manifestação preliminar, a unidade técnica registrara que a exigência de que a aptidão técnica da empresa fosse devidamente registrada no Crea é inviável e ilegal (consoante manifestações do Confea e deste Tribunal, conforme Acórdão 128/2012-TCU-Segunda Câmara), já que a denominada Certidão de Acervo Técnico (CAT), na qual constam os assentamentos atinentes às ARTs arquivadas no Conselho, fazem prova da capacidade técnica do profissional, não da empresa.

23. De acordo com a resposta à oitiva, “apesar de se reconhecer a redação truncada e imprecisa deste item do edital, o que se exigiu, em verdade, fora o atestado de qualificação técnica emitida por entidade pública ou privada e esta comprovação só pode ser efetuada através de atestados e estes para terem validade precisam estar acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço”. Assim, não houve exigência de que a CAT ou ART fosse emitido em

² <https://www.licitante.com.br/atestados-capacidade-tecnica-registrados-crea/>



nome da empresa, tanto que nenhuma licitante fora desclassificada por não ter cumprido esse subitem do edital.

24. Na realidade, a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação abrange a capacitação técnico-operacional da empresa, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, e a capacidade técnico-profissional do responsável detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra semelhante.

Portanto, a capacidade técnico-profissional dos licitantes poderá ser exigida com a comprovação de seu registro junto ao Crea.

Como já explanado, o subitem 18.1 do edital não exige o registro do atestado de capacidade técnica no Crea ou CFT, mas sim a apresentação do(s) atestado(s) de capacidade técnica da empresa juntamente com a Certidão de Acervo Técnico - CAT junto ao CREA e/ou CFT contendo a indicação do responsável técnico pela execução do objeto, não se vislumbrando qualquer ilegalidade, em consonância com o atendimento do art. 30, § 3º da Lei n. 8.666/93, art. 55 da Resolução Confea 1.025/2009 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e decisão de sua competência, na forma do art. 24 do Decreto Municipal n. 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 05 de junho de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo de Impugnação nº: 12.845/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

IMPUGNANTE: ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CÔRTEZ - CPF sob o nº 018.935.546-86.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta por ANA LUISA PIMENTEL RESENDE CÔRTEZ, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 099/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de

Comissão de Pregão I
Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

A) A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE CAT (CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO) PARA A EMPRESA LICITANTE SERIA IRREGULAR, INDICANDO EXIGÊNCIA EXCESSIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Qualquer cláusula que limite qualitativa ou quantitativamente os licitantes ou de qualquer forma restrinja a competitividade deveria ser rechaçada de plano, como seria o caso em tela, vez que não se admite que possa, o órgão licitante, exigir das companhias participantes que acervem seus atestados no CREA.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE



Comissão de Pregão I

06. Em face do exposto, requer que:

- A) seja recebida e processada a presente impugnação, eis que própria e tempestiva;
- B) seja a mesma acolhida para retirar os requisitos de qualificação técnica inscritos no item 18 do Edital, que exige o acervo de atestados de capacidade técnica da empresa licitante, para permitir apresentação de atestados de capacidade técnica da empresa mesmo SEM acervo junto ao CREA, visto que se trata de requisito excessivo, que limita a competitividade, contrariando as normas e princípios regentes das compras públicas.

IV. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023, e subsidiado pelo setor técnico responsável, que encaminhou parecer técnico às fls. 14 a 17, e no informado pela Procuradoria Geral do Município às fls. 18 a 25, no mérito, NEGOU PROVIMENTO à alteração do edital em comento.

Dessa forma, será agendada uma nova data para a realização do certame, mantendo o Edital do Pregão Eletrônico em seus termos originais.

Nova Friburgo, 07 de junho de 2023.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934